



Universidade Federal Do Pará
Instituto De Ciências Das Artes
Faculdade De Artes Visuais
Curso De Museologia

Silvia Guerreiro Giese

**Pontos de Memória: uma via conceitual de museu no
Bairro da Terra Firme**

Belém
2014

Silvia Guerreiro Giese

**Pontos de Memória: uma via conceitual de museu no
Bairro da Terra Firme**

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do grau de Bacharel em
Museologia, Faculdade de Artes
Visuais, Universidade Federal do Pará.
Área de Concentração:
Orientador: Prof. Mestre Diogo Jorge de
Melo

Belém
2014

Silvia Guerreiro Giese

Pontos de Memória: uma via conceitual de museu no Bairro da Terra Firme

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do grau de Bacharel em
Museologia, Faculdade de Artes
Visuais, Universidade Federal do Pará.
Área de Concentração:
Orientador: Prof. Mestre Diogo Jorge
de Melo

Data de Aprovação:

Banca Examinadora:

Orientador: Diogo Jorge de Melo

Titulação: Mestre

Instituição: Universidade Federal do Pará - Faculdade de Artes Visuais

Membro: Helena do Socorro Alves Quadros

Titulação: Mestre em Educação

Instituição: Museu Paraense Emílio Goeldi

Membro: Marcela Guedes Cabral

Titulação: Mestre em Crítica Cultural

Instituição: Universidade Federal do Pará - Faculdade de Artes Visuais

Aos Movimentos Sociais que constroem no dia-a-dia o que as palavras soltas da acadêmica não conseguem em anos. Aos movimentos que lutam pela emancipação e autonomizados povos.

AGRADECIMENTOS

“Por mais mal que estejamos, não estamos acabados. E se não estamos acabados, podemos nos reinventar, fazer de outra maneira. Para que o mundo seja uma casa de todos e não um campo de concentração para a maioria de seus habitantes. E que sejamos capazes de recuperar a visão do outro, do próximo, desse homem e dessa mulher que não conhecemos que anda por aí, e passar a vê-lo não como uma ameaça, mas sim como uma promessa.”
(Eduardo Galeno)

Aos que me ajudaram a enxergar o outro pelos filtros da utopia e não pela mira de uma arma. Este trabalho é resultado dessa batalha pela humanidade.

Agradeço a meu orientador Diogo Melo por me auxiliar na visão de uma museologia mais crítica e menos engessada. A professora Marcela Cabral que me iniciou na orientação. A todos os professores do curso de museologia, que estão na luta para construir um curso de qualidade, principalmente a professora Sue Costa que se mostrou a ótima gestora também, resolvendo todos nossos probleminhas.

Ao Ponto de Memória da Terra Firme que me permitiu fazer esse estudo, espero contribuir para que o Ponto se fortaleça e siga em frente. Agradeço à todos os conselheiros do Ponto.

Ao professor Jean Baptista da UFG e seu companheiro Tony Boita por me ajudarem com materiais sobre os Pontos de Memória pelo Brasil. Em especial ao colega Tony Boita que foi fundamental para reorganização do Movimento Estudantil da Museologia e conseguiu junto com tantos outros pelo Brasil juntar boa parte dos estudantes na construção desse projeto de movimento.

À Viviane Rodrigues consultora do Museu de Cultura Periférica e que me ajudou a ver com mais amplitude do Programa e a Museologia Comunitária.

Agradeço aos colegas do projeto Rondon que me proporcionaram uma vivência incrível com a comunidade de São Domingos do Araguaia no Sudeste do Pará, juntos e com carinho aprendemos como não se deve fazer vivências e trabalhos em equipe, vocês devem bem entender.

À Elane Guerreiro, minha mãe, que me auxiliou a enxergar a diversidade da academia e me fez seguir nesse caminho, me ensinou na prática o que é essa tal de visão Holística da universidade.

Aos colegas do curso de museologia, foram tempos intensos de aprendizagem. Principalmente aos colegas ratinhos de laboratório, como eu, da turma de 2009.

A meu pai e irmãos que contribuíram na construção de meus sonhos e ampliação da minha imaginação e criatividade. Assim como minhas avós e tias que me apoiaram mesmo sem saber no que exatamente, pelo simples fato de amar.

Agradeço a grande amiga Luana Weyl por me ensinar que as estruturas que nos prendem a uma vida ditada pela hegemonia podem simplesmente não ser o caminho mais feliz a se trilhar. E por me apresentar esse tal de feminismo.

Ao companheiro Jorge Martins que me levou pro “mau caminho” do movimento estudantil e a construção de um projeto socialista, hoje eu posso dizer que esse é o melhor caminho. Obrigada pelos materiais, pelos papos de bar, cafés, pela amizade e carinho.

Aos companheiros do movimento Juntos que foram fundamentais na construção de um mundo diferente pela ação direta, onde aprendi que a guerra também é necessária e me deram armas pra seguir na luta. Agradeço também os companheiros do Movimento de Esquerda Socialista por me acolherem nessa luta e me dar mais munição para seguir com o projeto socialista. No movimento encontrei minha segunda casa.

Ao carinho da companheira Carol Vilarque me ajudou na revisão do trabalho, gratidão enorme. Assim como as amigas e companheiras Karol Ribeiro e Samily Juntas seguimos na luta das mulheres e do feminismo.

Aos companheiros autonomistas Luah, Luana Peixe, Obama, Dani, Cachorro, Guerreiro pelos papos e reflexões, na beira e em espaços do movimento. Ao amigo Humberto pelas confabulações sobre estratégias de como dominar o mundo. Aos amigos Rerison, Adriano, Rodrigo, Leo pelos momentos acolhedores que me fizeram seguir nesse rumo.

Aos companheiros do Movimento Xingu Vivo Para Sempre que me proporcionaram grandes vivências na luta contra os grandes projetos na Amazônia e onde iniciei minha militância.

Por fim deixo aqui minha esperança no outro. Confiando mais uma das milhares de pequenas formigas que trabalham nessa reconstrução de um novo mundo, de um mundo diferente.

“O museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais” (Carta de Santiago do Chile)

RESUMO

Este estudo faz uma análise do Programa Ponto de Memória, mais especificamente da sua experiência no bairro da Terra Firme - enfocando a ótica da Museologia e em algumas teorias sobre movimentos sociais. A partir destas abordagens será possível delimitar alguns traços que definem o Programa como uma política pública, dentro do campo dos museus. Lembrando, que a onda de pensamento que se alastrou pelo mundo nas décadas de 1960 e 1970, fruto do movimento de maio de 1968, tiveram relação direta com criação de estruturas ideológicas dentro da Museologia, que passou a reivindicar um museu do povo e uma museologia popular. A “Nova Museologia”, nesse sentido, influenciou uma série de políticas públicas em diversos países. No Brasil os Pontos de Memória foram criados em 2009, e até o momento é o programa máximo do governo federal para fomentação da memória social e ações museológicas em comunidades historicamente excluídas da lógica hegemônica de cultura construída pelas elites e representada na maioria dos museus tradicionais. O Ponto de Memória da Terra firme, localizado na periferia de Belém, é uma dessas ações, que em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi vem construindo atividades pautadas na formação e fortalecimento da cultura da comunidade. Contudo as novas formas de museu estão cheias de contradições, enfrentam barreiras legais, a falta de investimento financeiro e os problemas sociais. Estas são algumas considerações que se encontram em sintonia com a dificuldade de se compreender o Museu Integral, alimentando uma crise dos sujeitos individuais e coletivos com o museu.

Palavras-chave: Pontos de Memória, Terra Firme, Museologia

ABSTRACT

This Project makes an analysis of the “Ponto de Memória” program, more specifically in its interactions around the Terra Firme neighborhood in Belém, PA – implying Museology’s sight and linked to social movements. From Museology’s approach, it was possible to delimit the aspects that define the Program as a public policy from among Museology field of study. Remembering that the current of thought that was spread around the globe in 1960 and 1970 decades, a result of the May 1968 movement, had a direct relation in creating ideological structures inside Museology, which started to vindicate a museum for the people and a popular museology. The “New Museology”, following this direction, influenced many public policies in many countries. In Brazil, the Ponto de Memória program was created in 2009, and so far it is the greatest program sponsored by the federal government that promotes social memory and museological actions inside communities that have been long excluded by the hegemonic logic of culture created by the Elites and exposed in most traditional museums. Terra Firme’s Ponto de Memória, located in the outskirts of Belém, is one of those actions that, together with MuseuParaenseEmílioGoeldi (EmílioGoeldi Museum), is elaborating activities founded in creating and strengthening the community’s culture. However, the new types of museums are full of contradictions: facing legal barriers, lack of financial investment and social problems. These are a few of the subjects that matches the difficulty in understanding Integral Museum.

Keywords: Pontos de Memória, Terra Firme, Museology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Bairro da Terra Firme	42
Figura 2. Frente do CCBJ na passagem Bom Jesus	43
Figura 3. Conselheiras Chiquinha e Chiconá no desfile escolar do CCBJ	44
Figura 4. Logo do Ponto de Memória da Terra Firme	47

LISTA DE SIGLAS

CCBJ	Centro Comunitário Bom Jesus
COGEPACO	Conselho de Gestão Participativa/Compartilhada
COMUF	Comunidades – FURG
COMUSE	Coordenação de Museologia Social e Educação
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DEMU	Departamento de Museologia
DoTraM	<i>Documentsdu travail Museologique</i>
DPMUS	Departamento de Processos Museais
ELETRONORTE	Elétricas do Norte do Brasil S.A.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXNEMU	Executiva Nacional dos Estudantes de Museologia
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM	International Council of Museums
ICOFOM-LAM	International Council of Museums – Latino American
ICOM	International Committee for Museology
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISS	<i>ICOM Study Series</i>
MINC	Ministério da Cultura
MOTUAT	Movimento de Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
Muwop	<i>Museological Working Papers</i>
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
PNPS	Programa Nacional de Participação Social
Pronasci	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
REPIM-RS	Rede de Pontos de Memória e Iniciativas de Memória Social do Rio Grande do Sul
SPAN	Serviço de Patrimônio Artístico Nacional

UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CAMINHOS DA MUSEOLOGIA AO ENCONTRO DA AMPLIAÇÃO DOS CONCEITOS	18
2 O PROGRAMA PONTO DE MEMÓRIA E SEUS TRAJETOS	29
3 PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME UMA EXPERIÊNCIA DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL	38
3.1. Terra Firme e a crise entre ser ou não museu	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Desde 2009 Ibram desenvolveu o Programa Ponto de Memória, que visa trabalhar a memória e a museologia social nos grupos historicamente excluídos. Conseqüentemente, o objeto do estudo a seguir está voltado para a comunidade do bairro da Terra Firme, em Belém do Pará, através do projeto Ponto de Memória da Terra Firme.

A partir das novas abordagens da Museologia, como as reconhecidas em diversos documentos museológicos, a exemplo das cartas de Santiago do Chile (1972), Caracas (1992) e Quebec (1984), sinaliza uma ideologia para que os Estados concretizem políticas públicas no âmbito da Museologia. Logo, a partir deste embasamento, este trabalho irá analisar qual a influência que estas políticas públicas - como o caso do Programa Ponto de Memória - vêm atuando na mudança do conceito de museu nas comunidades onde se aplica a chamada “nova tipologia de museu”.

Destaca-se que este trabalho é fruto de uma militância ocorrida ao longo do curso de museologia e do entendimento desta disciplina como um campo voltado às necessidades do povo e que, dentro dessa batalha, o Ibram veio a Belém em 2009 e selecionou o bairro da Terra Firme como mediador do Programa Ponto de Memória da cidade. Já que neste mesmo ano o Museu Goeldi através do programa O Museu Leva Educação em Ciência Para Comunidade foi convidado a participar da primeira Teia da Memória – encontro que reuniu as iniciativas de memória social – e neste evento o bairro da Terra Firme foi aclamado para ser o Ponto de Memória do Estado do Pará.

Em decorrência disso, alguns alunos do curso de Museologia se engajaram a participar das atividades, reconhecendo no Ponto de Memória da Terra Firme, um lugar de grande potencial para o trabalho da Museologia comunitária.

Assim, posteriormente, se faz uma análise comparativa entre as vozes que constroem o Ponto de Memória da Terra Firme, as políticas nacionais e a teoria museológica voltada a entender as relações entre museu, Museologia e comunidades.

Compreendendo-se a complexidade do Programa a nível nacional, foca-se nos processos decorrentes no bairro da Terra Firme, periferia da cidade

de Belém, Estado do Pará, onde a política dos Pontos de Memória pode ser implementada em conjunto com outros doze pontos pioneiros no Brasil. Estes vêm lutando por políticas culturais para Museologia e memória, além da ampliação da participação social na construção do Programa.

Acentua-se que foi em 2009 ainda que a Terra Firme concorreu com o bairro do Guamá¹ para sediar o Ponto de Memória, e a comunidade, em parceria com o Museu Emilio Goeldi, organizou diversas atividades com os consultores do Ibram, conseguindo unificar – através da articulação dos moradores que tinham relação com programas sociais do Museu Paraense Emilio Goeldi - quase todos os grupos culturais do bairro e, assim, abrigaram o Ponto de Memória.

Já se passou quatro anos de programa e, com muitas dificuldades, os conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme vêm realizando suas atividades. Eles estão finalizando seu estatuto, onde são claros no seu posicionamento de continuar sendo Ponto de Memória, por enquanto, mas que o sonho é ser museu - “nós não queremos ser museu, mas nós seremos um museu sim, mas um museu diferente” é o que diz Francisca Rosa Silva Santos, Dona Chiquinha, presidente do Ponto.

Traçando os caminhos da formação do pensamento Museológico verifica-se que, para construir o perfil ideológico que forja as bases dos novos museus e das políticas públicas voltadas à Museologia, é preciso ir um pouco a fundo na percepção da construção da Museologia enquanto campo e em suas teses. Se hoje há uma diversidade de conceitos e pensamentos sobre museu, é porque existe uma construção na definição de críticas aos paradigmas do que é história, sujeito social e cultura, conseqüentemente entendemos essa crítica na definição do que é Museologia e seu objeto, seja ele o museu ou o fato museológico.

Destaca-se ainda, de um modo geral, que parte dos museólogos afinizaram-se a um grande movimento da década de 1960, intitulado “maio de 68”² - um movimento de jovens que modificaram não só nas ruas, mas nas

¹ O Guamá é um bairro periférico de Belém que faz fronteira com o bairro da Terra Firme tem uma formação histórica muito parecida e são separados pelo rio Tucunduba. O Bairro do Guamá tem uma importância significativa também para a organização popular da cidade além de ter uma rica formação cultural também.

² Movimento que não se fechou a um mês, nem a um ano ou a um único país.

Academias também o modo de pensar a sociedade (Gohn, 2013). Nesse contexto os museus e a Museologia não ficaram de fora, portanto entender a museologia a partir da conjuntura social que vivemos passou a ser meta de muitos especialistas e ativistas de uma Museologia e um museu para o povo.

Em uma sociedade marcada por contradições é inevitável e imprescindível o debate sobre necessidade de um museu em uma comunidade que resiste a imposições de uma cultura global, hegemônica e que ao mesmo tempo carece de serviços públicos básicos para viver com dignidade. São nessas realidades que o presente trabalho terá sua conjuntura posta em análise, um bairro periférico em uma cidade Nortista, marcada pelo êxodo rural, pela política de higienização dos centros urbanos e pela falta de serviços públicos como saúde, educação, saneamento e segurança - assuntos estão latentes no cotidiano dos sujeitos envolvidos no Ponto de Memória.

A construção de políticas públicas para fomentar novos museus através do Programa Ponto de Memória, que em sua gênese busca fomentar a vontade de memória e de museu, será o objeto fundamental deste trabalho. Tendo a compreensão global dos problemas, a prática irá clarear as questões aqui expostas postas teoricamente. Portanto, a partir da construção dos conceitos trabalhados pela “NovaMuseologia” sobre o que é museu, o que pode ser museu, suas definições teorizadas nas cartas, são postas em experiência pelas políticas públicas e conseqüentemente no que irá influenciar a realidade do Ponto de Memória da Terra Firme.

O pensamento construído pelos conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme sobre a necessidade de se constituir experiências museológicas, fundamentalmente através da memória social, é um documento fundamental para compreender as metas e objetivos do Programa, que estão sendo absorvidos pela comunidade. E é partir desta experiência que se torna importante refletir sobre o desafio da função social dos museus e das ações museológicas no seio da ideologia dos “novos museus”.

1 CAMINHOS DA MUSEOLOGIA AO ENCONTRO DA AMPLIAÇÃO DOS CONCEITOS

Traçar os caminhos da formação do pensamento museológico é fundamental para construir o perfil ideológico que forja a base dos novos museus e das políticas públicas voltadas à museologia. Se hoje há uma diversidade de conceitos e pensamentos sobre “o que é museu” é porque existe um processo de construção e críticas, dentro das definições, aos paradigmas do que é história, sujeitos sociais e cultura (Scheiner, 2006).

A Museologia passou por processos profundos de reflexão e que ainda hoje são motivos de grandes batalhas no campo das ideias (Ceravolo, 2004), gerando debates infundáveis fruto da dinâmica pela busca de se definir como Ciências ou campo científico. Conseqüentemente, entender a Museologia a partir de uma determinada realidade social hoje é uma das principais metas desse campo. Desta forma, vale-se do pensamento de Stransky (1980), que afirma:

Se os museus se desenvolvem em sintonia com o desenvolvimento da humanidade, e se a teoria museológica se desenvolve de modo similar, segue-se que a teoria como às práticas museológicas só podem existir e preservar seu direito a um desenvolvimento futuro se lograrem manter-se em devida relação com o desenvolvimento geral da sociedade. (Stránský, 1980, p.104).

Caso se considere esses fatores em uma sociedade de crises e contradições, torna-se cada vez mais latente no mundo contemporâneo o debate sobre qual é a real necessidade de um museu em uma comunidade pautada na subjetividade das resistências às estruturas culturais globais e, ao mesmo tempo, carentes de serviços básicos oferecidos pela superestrutura do Estado.

No século XX a Museologia, principalmente com a criação do [*International Committee for Museology*](#) (ICOFOM) em 1979, começou a se estruturar; o que era apenas o trabalho prático dos museus, agora passou a ganhar características e conceitos filosóficos. Neste sentido, Bruno Brulon Soares (2009) destaca a importância dos teóricos do Leste Europeu no

tecimento de novas linguagens, que auxiliaram na mudança dos paradigmas de pensamento sobre museu.

Sem dúvida, uma das influências mais flagrantes – e muito pouco mencionada pelos estudiosos deste movimento – foram as idéias teóricas trazidas à tona a partir da reflexão iniciada no leste europeu desde 1968, quando os museus desta região já demonstravam grande preocupação com a sua profissionalização, tendo a Museologia como disciplina destinada a realizar este objetivo (MAIRESSE, apud Soares, 2009, p.34)

Ainda em meados do século XX, um grupo de intelectuais começou a questionar a função e o trabalho do museólogo, que se fundamentava em uma forte base de sustentação que pensava a profissão de modo tecnicista, a serviço das grandes elites. Fato que com o amadurecimento da Museologia, começou a se ramificar e se dispersar em correntes de pensamentos formuladoras de métodos para Museologia.

O empoderamento do espaço museu pelo “Homem”³ e menos pelos seus objetos (museálias), foi fator determinante para que surgissem estes novos pensamentos sobre museu e Museologia. A partir disto, nota-se uma interface entre a história dos museus e a formação da Museologia.

A partir da pergunta delimitadora feita por Zbynek Z. Stránský (1980), “*Museologia Ciência ou apenas trabalho pratico?*”, a crítica ao modelo de trabalho, possibilitou a definição de fundamentos estruturantes para o pensamento museológico, tendo como palco principal da disputa (Ceravolo, 2004) ICOM/ICOFOM, através da criação do *Museological Working Papers/Documents du travail Museologique (MuWop/DoTraM)*, além do *ICOM Study Series (ISS)* como plataforma dos debates entre os intelectuais.

Suely Moraes Cerávolo (2004) ressalta a importância do valor das publicações do ICOFOM/ICOM na década de 1970 e 1980:

Os delineamentos para a formação de sua teoria foram gerados no plano internacional, no qual encontrou uma maior divulgação, particularmente no decorrer das décadas de 70 e 80 do século XX. Parte dessa história relaciona-se com a instauração de um dos comitês do Conselho Internacional de Museus (Icom), fundado em 1946 e associado à Unesco, o Comitê Internacional da Museologia (Icofom),

³ O termo Homem aqui é usado ao modelo da tríade HxOxM pensada pelos intelectuais da museologia no âmbito do ICOFOM prova da hegemonização masculina na ciência, o homem como categoria científica reduzindo os demais gêneros.

no ano de 1977, data formal de sua criação (Cerávolo, 2004, p.237/238).

A necessidade de se forjar a Museologia enquanto campo científico reuniu estudiosos na formação das definições para terminologias museológicas - cumprindo um papel fundamental os teóricos do Leste Europeu em conjunto com os franceses. Para realização deste processo foram determinantes as contribuições de Jan Jelinek, S. Wolfgang Klausewitz, Andreas Gröte, Irina Antonova, além de Vinos Sofka, um pequeno grupo de idealistas que desenvolveu uma série de trabalhos acadêmicos e cunharam a missão da criação do ICOM (Scheiner, 2000).

Mesmo no final da década de 1980, já se tinha uma teoria construída na base de reuniões do ICOFOM e de alguns teóricos que deliberaram cruzar as várias ciências, se debruçando na formação de uma metodologia própria; além de delimitar as fronteiras com os demais campos disciplinares, como o da Filosofia, Estudos Culturais, Ciência Política e a Ciência da Informação (Scheiner, 2012).

A consolidação da Museologia como campo disciplinar foi alcançada na década de 1990, quando já era clara a existência de uma teoria que pudesse alcançar uma metodologia de pensar na Museologia como disciplina científica (Scheiner, 2012).

Segundo Ceravolo (2004), a Museologia foi apresentada como uma ciência interdisciplinar, mas para Moles (apud Scheiner, 2012), por exemplo, é “ciência do impreciso”, ou ainda como Deloche aponta:

A Museologia não saberia reduzir-se a uma ciência do fenômeno Museu: sua verdadeira meta é a de uma lógica que se situe no cruzamento dos mais diversos domínios (Deloche apud Scheiner, p.18, 2012).

Aqui começa a ficar clara a definição de Museologia para além dos museus. Não se define como a “ciência do museu”, uma vez que não se pode limitar nenhuma ciência em um de seus espaços de atuação.

Quando Stránský dialoga com elementos da meta-realidade, instaurando o termo musealidade e fazendo uma ligação entre o “homem e a realidade”, perspectivada da gnosiologia para delimitar o espaço da ciência

(Barrical, 2008), ele ainda apresenta como é inteligível o mundo dentro do museu em detrimento da realidade. Portanto, a realidade parece se simplificar dentro dos museus, no qual o caos e a confusão da realidade, que é construída no espaço/tempo real, impossível de se entender – e na maior parte das vezes imprevisível, se faz inteligível dentro das coleções (Barrical, 2008). Acreditando, desta forma, que o museu é um espelho que auxilia a percepção da realidade, embora não seja o único espelho da sociedade.

Mais precisamente entre os anos de 1980 á 1983, os debates sobre a Museologia como uma Ciência em formação foram se aprofundando, quando os temas das discussões foram:

[...] Museologia, uma ciência em formação (1980, México), Museologia e interdisciplinaridade (1981, Estocolmo), O sistema da museologia e interdisciplinaridade (1982, Paris), Metodologia da museologia e formação profissional (1983, Londres) e Museu, território e sociedade (1983, Londres). (Cury, 2010, p.27)

Posteriormente, Anna Gregorová já nos anais do MUWOP, primeira edição, tornou público este conceito iniciado por *Stránsky*. Deixando mais clara suas definições como “uma ciência que estuda a realidade”:

[...]ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade, que consiste na coleção e conservação intencional e sistemática de objetos selecionados, quer sejam inanimados, materiais, móveis e principalmente objetos tridimensionais, documentando assim o desenvolvimento da natureza e da sociedade e deles fazendo uso científico, cultural e educacional. (Gregorová apud Mensch, 1994, p. 12)

Apesar de *Stránsky* (apud Mensch, 1994) ainda questionar a limitação de Gregorová aos museus, essa se torna a definição mais conhecida e mais difundida no Campo da Museologia. Como Mensch (1994) coloca: “o conceito tradicional de museu do séc. XIX é apenas uma das formas pelas quais essa relação é objetivada; a museologia engloba as formas de museu passadas, presentes e futuras” (Mensch, 1994, p.12).

Bellaigue (1992) aponta ao mesmo tempo a teoria museológica como resultado da prática a partir do campo museal. No desafio de conceituar a área, propõe o museu como laboratório da Museologia, tendo seu material

próprio de experimentação o real. Se o real é restabelecido no museu pelos objetos, faz-se necessário compreender o objeto em seu todo holístico.

Importante adicionar que esta definição de Museologia foi trabalhada por uma brasileira, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, em âmbito internacional⁴ e amplamente difundida no Brasil, submetendo seu objeto como o estudo do “fato museológico” onde:

Fato museológico ‘é a relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte da realidade à qual o homem também pertence e sobre a qual tem poder de agir’ - relação esta que se processa num cenário institucionalizado chamado museu. (GUARNIERE, s/d)

A partir dessas definições, inicialmente propostas por Strànsky, aprimorada por Waldisa Russio e outros, o ternário “Homem, Objeto e Museu”, ou H x O x M, começou a se incorporar em diversos autores da Museologia, estando entre as concepções mais aceitas para o campo na atualidade. (Cury, 2009).

Os conceitos e os embates científicos sobre as definições de museologia foram fundamentais para a formação de um novo pensamento sobre o que de fato é museu, para além do significado do ICOM. Nessa linha Stransky, por exemplo, já alertava:

[...] enquanto ciência, a Museologia não pode existir unicamente sob a dependência objetiva do museu, pois o que traria de conhecimento ficaria limitado unicamente a essa tarefa e à necessidade prática de seu desenvolvimento. Ela não serviria às exigências objetivas do desenvolvimento do conhecimento científico. A Museologia não pode se desenvolver ficando presa ao museu, mas ela deve ao mesmo tempo preceder o museu, estar em seu meio e segui-lo. (Stransky, 1981, p.19, apud, Scheiner, 2009).

A ampliação e afirmação de um campo disciplinar e independente passa pela etapa da revisão crítica de suas bases de estruturas iniciais, ou mesmo contemporânea. Esse caminho abre um local de encontro entre os conceitos basilares constitutivos do campo, que são identificados; ao passo

⁴ No segundo volume do *MUWOP* intitulado *Interdisciplinarity in museology* em 1981 a autora apresenta sua tese acerca do fato museológico e o museu como um fato social, aprofundando as teses de que a museologia é a relação intrínseca entre homem e a realidade.

que as novas interpretações são reconhecidas como elementos importantes nesse processo (Scheiner, 2012).

Em 1945, mesmo antes da tão famosa carta de Santiago do Chile, gerada em 1972 (fundamental para a formação da corrente Nova Museologia⁵), o ICOM, juntamente com a UNESCO, já sentia a necessidade de relacionar os museus e as comunidades, pois o caráter social já era uma necessidade para os museus. Mesmo a UNESCO sendo um órgão conservador das ideias gerais das macroestruturas de poder, foi um órgão importante para o início da discussão entre museus e suas funções sociais.

Dentro dos parâmetros da “Nova Museologia”, é importante destacar uma de suas características fundamentais: o museu e sua função social. Ao passo que os museus ganham novas interpretações a Museologia tenta entender os fenômenos, neste caso o museu passa de instituição preocupada com a aquisição e conservação de objetos para um agente de desenvolvimento comunitário. O museu ganha, portanto, um papel social declarado, sendo decisivo na construção da educação da sociedade (Primo, 1999); o que se chama democratização da cultura ou mesmo educação popular (DUARTE, 2014).

Em um encontro mais recente no Chile em 2009 - promovido pelo ICOFOM-LAM - os teóricos se reuniram para repensar a Museologia e o Museu Integral, que foi cunhado pela carta de 1972. Defendo, como Scheiner, que:

[...]o Museu Integral se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais. O sentido do Museu está, portanto, no seu próprio existir e, nele, “as partes não se distinguem em relação à substância” (Spinoza, s.d., p. 182), embora sejam plenamente identificáveis em sua essência (Scheiner, p.19, 2012).

⁵ Nova Museologia é uma corrente de pensamento da museologia que cunhou os termos da museologia social, sua base de pensamento foi construída em um momento de turbilhão político no mundo, na década de 60 o movimento de contra-cultura e a chamada primavera de 68 foram fundamentais para a formação de resistências aos espaços tradicionais de museus. A carta de Santiago do Chile, juntamente com a de Quebec, foram a cátedra da Nova Museologia, que até hoje resiste (Duarte, 2014).

O Museu Integral é, portanto, ainda um campo de profundos embates, visto que há quem acredite fazê-lo nas regras criadas pela carta de 1972, porém em contrapartida há quem critique essa investida política estatal para cima desde modo de fazer “museologia social”.

Para Scheiner, à vista disso, um intitulado Ecomuseu não necessariamente é ferramenta revolucionária e não desconstrói o Museu Tradicional (Scheiner, 2012), já que muitos Ecomuseus (ou mesmo museus comunitários) se constroem como ferramentas da macroestrutura, mantendo o interesse das elites, conservando o *status quo* e a lógica hegemônica de cultura. São exemplos os museus criados por governos na busca filantrópica de ganhar as comunidades - e não são poucos os museus que usam o discurso da “Museologia Social” como propulsor de uma política de governo nacional ou regional feito “de cima” para os “de baixo”.

Todos nós conhecemos ecomuseus, museus comunitários e museus participativos desenvolvidos a partir do alto, baseados em programas políticos de desenvolvimento nacional e/ou regional. À feição dos famosos Heimatmuseen, tais experiências são cooptadas como instrumentos de um discurso paternalista e/ou demagógico, emitido por agentes governamentais e/ou instâncias hegemônicas que se encarregam de filtrar, para o mundo, o que pensam e fazem as respectivas comunidades. Funcionam, assim, como espaços de reiteração de valores hegemônicos, consagrados não pela tradição ou pelas práticas culturais espontâneas, mas pelas práticas manipuladas – instâncias de legitimação de valores impostos ao coletivo por grupos muitas vezes minoritários. (Scheiner, 2012, p.26).

Nesta perspectiva, a Museologia ganha elementos para se enfrentar com a realidade em que vivem os museus. Muitos desses embates são fortalecidos pelas definições sobre a origem dos museus. Neste momento, resume-se abatalha entre a perspectiva de museu enquanto um processo ou museu fenômeno e o rompimento com o termo *Museum*.

Museum como termo que surge do pensamento europeu a partir do século XVI dentro de uma perspectiva limitada de museu como espaço de salvaguarda de objetos, que pelo pensamento eurocêntrico eram relevantes a serem colecionados e preservados. Logo, eram espaços restritos e altamente determinados, tanto em sua delimitação geográfica quanto em seus sujeitos participantes, assim como os personagens principais da narrativa, que também partiam de uma seleção hierárquica.

Segundo Mario Chagas (2006), o que facilitou o distanciamento entre os museus e a sociedade, de um modo geral, foi a estreita relação entre o Estado com as oligarquias nacionais, afastando o museu de sua função social e o aproximando da característica tradicional dos museus como espaços da herança cultural da grande nobreza e do clero. Chagas (2006) ainda coloca o fato de muitos dos museus que hoje existem ainda estarem localizados em espaços que anteriormente eram ligados as estruturas de poder.

A origem da função museu ainda é incerta, e boa parte dos autores seguem a ideia da origem do nome ligada à mitologia grega, da união entre Zeus (poder) e Mnemósine (memória), gerando as Musas - que dão referência aos espaços, obtendo o museu como lugar de memória e poder. Provenientes dos diferentes períodos, os museus foram se moldando como espaços de glorificação, idolatria, etnocêntricos ou mesmo monológicos e uni temporais (Chagas, 2006).

A gênese dos museus segundo Marlene Suano (1986) costuma se ligar à mitologia grega, como já abordado em relação ao termo *Mouseion*. No qual os museus são a casa das musas, cujos pensamentos repousavam e havia liberdade para o exercício da criatividade e da ciência. Entretanto, a mesma autora cita que estes espaços pareciam existir mais em função das divindades do que do próprio homem.

O próprio termo museu ficou ligado à função da ciência e conhecimento, e não apenas ao espaço físico, por um longo período. Muitas vezes, inclusive, excluindo o espaço, passaram-se concretizados em publicações acerca de curiosidades da ciência, juntamente com raridades interessantes para o diálogo social da nobreza (Suano, 1986).

O museu, nessa perspectiva, se define como instituição permanente com objetivo de pesquisar, conversar, documentar e divulgar as evidências humanas e naturais – uma vez que essa percepção veio do pensamento europeu do século 16 e dilatou-se a partir das atividades colecionistas da sociedade renascentista (Suano, 1986).

Segundo Scheiner (2008) este conceito está a serviço de um estatuto hegemônico que, por exemplo, criou modelos como o Museu do Louvre, um lugar reservado a eternizar um único sujeito, fixando uma ideia unilateral de cultura, onde o poder se concretiza em objetos e estes membros

dão consequência a uma memória coletiva, construída sob a sociedade, que a partir dos museus só conheceu uma versão da história.

Pensar o museu também provocaria rever as gêneses do mesmo, elaborar sua trajetória a partir de novas e diferentes possibilidades - que não a usual do templo das Musas - trazendo novos traços, não apenas o museu-instituição. Ao invés do templo, o museu se concretiza nas Musas, entendendo o Museu como mito também, pois através dele e da fala mítica da sociedade hegemônica é difícil ver outras faces dessas gêneses (Scheiner, 2008).

A história que deixa lacunas - falhas propositais na reprodução dos sujeitos, começa então a ser questionada. A utopia de uma museologia pautada na inversão dos personagens, dentro do modelo hierárquico de cultura, inicia seu processo de tecimento na década de 1980, com o nome de Nova Museologia (Soares, 2013).

As escolhas feitas pelo Museu normalmente são baseadas em estruturas ideológicas. Neil Postman (1989) questiona como se pode produzir museus e memórias individualmente, sem interferências das estruturas políticas e sociais que regem nossa sociedade, discernindo-se dos que estão colocados)

Quero Explicar que um museu é, por natureza, uma instituição política. Pois a resposta que ele traz à definição de contradição humana deve coincidir com um momento específico da história, e reportar-se aos vivos – que como sempre, lutam por sua sobrevivência moral, psicológica e social. Sei que vocês não me consideram um ardente defensor dos museus enquanto instrumentos de propaganda fácil e grosseira. Creio que o que antecipo é muito diferente, partindo do princípio de que um museu é um instrumento de sobrevivência e de salubridade, e que antes de tudo nos conta uma história. E, além da literatura escrita e oral própria de cada cultura, sua história pode servir para despertar as melhores partes de nosso ser ou para estimular instintos diabólicos. Pode servir para esclarecer nossa situação ou para complicá-la, dizendo-nos aquilo que precisamos saber – e também o que é inútil. (Postman, 1989, p.2)

As novas tipologias de museus, como o Ecomuseu, Museus Comunitários, Museus Virtuais e outros, sustentados na lógica da transformação das contradições sociais, com a tarefa de transgredir pelo museu o sistema, vem se fortalecendo até mesmo em espaços tradicionais.

Nota-se que, ao longo da criação de novas tipologias de museu, as cisões e crises que a identidade dos espaços passam é grande. Questiona-seo que querem as pessoas nos museus, o que são os novomuseus e suas missões. Condição colocar os problemas que hoje os novos museus enfrentam, como logo Bruno Brulon Soares & Scheiner (2009) destacam alguns dos pontos centrais e gerais:

(a) se institucionalizam, assemelhando-se cada vez mais aos museus tradicionais – é o caso em que as lideranças assumem, em nome do grupo, seu papel norteador da ação (seja por delegação natural, por sedução ou imposição);

(b) se compartimentam, fazendo um discurso destoante da ação – o discurso fala de escolhas do grupo, a ação mostra claramente que apenas alguns decidem; o discurso fala dos processos culturais, a ação museológica se exerce prioritariamente sobre os produtos (objetos, cenários);

(c) se autoconsomem, num movimento que a biologia nomeia de “fagocitação” – esgotando suas propostas num incessante fluxo de debates, votações e assembleias, que paralisam no todo ou em parte a ação (aqui, o projeto político “fagocita” o interesse pelo patrimônio);

(d) se extinguem, seja por dissolução, quando optam por finalizar a experiência, por desmusealizar-se, seja por transformação, quando se tornam definitivamente museus tradicionais a céu aberto (aqui, exerce um papel importante a influência de lideranças externas ao grupo). (Soares, p.3, 2009)

Os pontos acima fazem parte de dilemas enfrentados hoje pelos novos museus do Brasil e do mundo. No desafio de serem diferentes, porém com pouca experiência com esse tipo de metodologia, acabam caindo em diversas formas de destruição. Esses problemas precisam ser encarados para que de fato a museologia social consiga iniciaro processo de extrapolar os limites do tradicional - e passe a se desenvolver nos marcos de uma comunidade livre e autônoma.

É importante destacar que parte dos museus também fazem suas escolhas e, em torno de sua história, tomam o lado da hegemonia eurocêntrica, branca e masculina. Essas instituições tiveram um papel importante na construção de um imaginário museológico, mas não se deve deixar de lado suas limitações como o espaço restrito de personagens e sujeitos históricos.

Um grave fato problemático e uma dívida a ser paga hoje são as dificuldades que persistem até a contemporaneidade em muitos museus. (Junior,2010).

Numa interpretação mais moderna, o museu já não faz referência à um espaço físico, mas sim a personificação das ideias onde a memória é o instrumento criativo, que proporciona o surgimento de novos mundos. Portanto, o museu é passível de estar em todo lugar e em todos os tempos, tendo como orientação a existência humana. Assim, essa é a origem do museu no plano da mitologia (Scheiner, 2008).

Os museus têm seu percurso independente da Museologia e seguem regras nem sempre pensadas por ela, como coloca Bruno Brulon (2009), dando o exemplo da formação do movimento Nova Museologia:

O processo evolutivo que levou à formação de uma ideologia do museu e do pensamento museológico já se desenvolvia desde o final do século XIX e teve seu ápice cem anos depois, tomando a forma de um movimento organizado no âmbito de uma “nova” proposta teórica e prática que envolveu o surgimento de novos paradigmas. (Soares, 2009, p. 8)

Exemplos dessa interface foram a formação dos termos *imaginação museal* de Mario Chagas (2009) e *Museu Interior* de Teresa Scheiner (1998). Para Mario Chagas, o principal produto não seria a história do objeto e todos os personagens que dele são referências, mas sim o resultado que aquele objeto causa nas pessoas. O resultado da memória, que ele chama de *imaginação museal* é, nesta interação:

haveria um relação indissolúvel entre o visível e o invisível, entre o fixo e o volátil, e de que o amalgama dessa relação deveria ser procurada na *imaginação museal* (Chagas, 2009, p.21).

Scheiner, guiada pelas teorias freudianas, percebe o museu como um produto direto do indivíduo nas suas relações intra e extra sociais, ou seja, o sujeito uno e o sujeito coletivo. E, a partir disso, compreende o Museu como resultado da formação do inconsciente:

As ideias de Jung ensinam ao ocidente que já não é possível viver apenas segundo as normas formais daquilo a que chamamos vida consciente. E ao fazê-lo, abrem caminho para a **compreensão do Museu como representação das forças do inconsciente**, como leitura do mundo inteligível existe para além do plano consciente do

homem. Pois Bem e Mal, Vida e Morte, anjos e demônios já não se encontram fora do homem: fazem parte de sua matéria, se sua percepção de seus sentidos, representados simbolicamente através dos arquétipos que unificam a sociedade. E, se a interpretação do sonho é dada pelo significado simbólico que cada um dos seus elementos tem para o indivíduo e para o coletivo, no Museu a interpretação se fará também pelo reconhecimento dos planos de significação de cada um dos processos e produtos da mente humana (Scheiner, 2001, p.2)

O Programa Ponto de Memória tem como seu idealizador o museólogo e poeta Mario Chagas, principal ativista da museologia social no país. Ele cria o programa juntamente com outros intelectuais e funcionários do Ibram, como um resultado dessa busca pela prática na revolução dos pensamentos sobre os museus.

As políticas públicas foram fundamentais para a democratização dos museus, mas também podem cair no vício dos resultados em curto prazo, típicos de políticas de governo, que correm atrás de dados e estatísticas tão comuns no Brasil. Ainda se segue a lógica tradicional de relacionar o diálogo entre o que o governo entende por museu com as comunidades, mesmo que use novos sujeitos e novas vozes - sendo assim necessário analisar por onde caminham as políticas públicas para fomentação e fortalecimento dos museus não tradicionais.

2 O PROGRAMA PONTO DE MEMÓRIA E SEU TRAJETO

Na busca por fomentar aportes para a expansão da imaginação museal na população de maneira geral, a Museologia e, conseqüentemente, a Museologia Social, vem se debruçando na grande tarefa de evidenciar o patrimônio da memória das comunidades. Processo esse que vai de encontro com a ideologia dos museus tradicionais, que buscam valorizar a memória através da cultura material, suas museálias, que normalmente estão ligadas as classes dominantes, que pela metodologia de seleção histórica da burguesia, ou positivista, são importantes para o registro de determinado local. Seleção que nem sempre é baseada pelo o que de fato a população quer que seja musealizado.

Para esses museus, o enaltecimento da ideologia de determinada sociedade são acervos valiosos - politicamente e economicamente. Conseqüentemente, constituem-se como espaços poucos democráticos, onde a voz predominante é a do Estado e em muitos dos casos ainda a do Clero - autoridades que ainda celebram o poder de sua classe sobre as outras. Todavia, o importante para esses museus é deixar claro que grupo social, étnico, religioso ou econômico de fato é predominante, afirmando assim as contradições da sociedade. Esses museus, portanto, preferem o *status* de monumento ao de documento do real (Chagas, 2006).

Logo, sabendo que o poder normalmente está a serviço da memória das culturas dominantes, ele vem representando a estreita relação entre o Estado, os museus e as classes privilegiadas no Brasil. Construindo modelos de museus que se distanciam da sociedade que pouco querem saber sobre o cumprimento ou não de sua "função social". Segundo Mário Chagas (2006), são museus cegos em suas funções e cômodos para as elites. Nesse sentido, Chagas (2006) aprofunda essa questão:

Não é mera coincidência o fato de muitos museus estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma serventia diretamente ligada às estruturas de poder com alta visibilidade, tais como: Museu da República e Museu do Itamaraty (antigas sedes republicanas do poder executivo); Museu Imperial e Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (antigas residências da família imperial); Paço Imperial (antiga sede do poder executivo); Museu Benjamin Constant (antiga residência do fundador da

republica); Museu Casa de Rui Barata (antiga residência de um ministro da república); Museu Histórico Nacional (complexo arquitetônico que reúne prédios militares do período colonial – Forte de São Tiago, Arsenal de Guerra e Casa do Trem). (Chagas, 2006, p. 32-33)

Como Chagas mesmo expõe, estes museus não estão fadados a um pecado mortal de serem alagozes da memória. Alguns, ao longo dos diferentes períodos, podem servir para a transformação crítica dos sujeitos, desenvolvendo uma maior participação social e oferecendo ferramentas voltadas democraticamente ao trabalho transformador da memória (Chagas, 2006).

Assim pode-se definir os museus como instâncias, instituições da memória ou lugares de Memória (Nora, 1993), que podem servir ao desenvolvimento social, ao empoderamento das classes populares e a formação cidadã - não apenas como um instrumento de grupos privilegiados e economicamente favorecidos (Chagas, 2006).

Dentro dessa construção de uma memória do poder, é evidente que as classes burguesas têm como seu acervo, principalmente, uma memória construída na cultura material e que o objeto é um acervo concreto fisicamente. Diferente de muitas comunidades que têm a sua história traduzida principalmente pela cultura imaterial, como em muitos dos casos, perpetuada pela oralidade.

Nem sempre dentro de certos grupos estão evidenciados documentos ou acervos materiais que possam manifestar, de modo mais próximo, à vontade do grupo sobre sua cultura e memória, ratificando sua trajetória no espaço social. A memória traduzida na oralidade ou na cultura imaterial é, portanto, para certas comunidades, o principal acervo de sua história. O grande desafio é a musealização da memória de uma comunidade, que normalmente por vontade própria, não deseja que seja esquecida.

As comunidades em destaque neste trabalho são urbanas e se localizam as margens dos centros econômicos, políticos e culturais das grandes e médias cidades do Brasil. Chamadas de favelas, morros, baixadas, zonas marginais, entre outros, as periferias - que costumam existir na formação das cidades, se ajustam na lógica global de segregação, ou até mesmo dentro das políticas de limpeza/higienização cultural.

Logo, a formação das periferias se dá principalmente pela composição das cidades contemporâneas, e vem sendo marcada historicamente pela segregação, própria do modelo de produção capitalista, seja pela política de higienização dos centros urbanos ou mesmo pela ocupação das terras para construção de grandes condomínios, mega empresas ou pela cômoda especulação imobiliária. Essa movimentação produz um deslocamento de grande parte das camadas populares de baixa renda para espaços normalmente as margens dos centros urbanos, com pouca infraestrutura e decadência de serviços básicos oferecidos pelo estado (Silva, 2011).

Outro fator comum dentro do histórico das periferias são as “ocupações ilegais” dos territórios. Dentro da contradição do espaço, esse fator desencadeia uma série de lutas sociais pelo direito à moradia, o que move também a formação de movimentos sociais localizados nas comunidades e engajados na luta por uma vida mais digna para o determinado grupo (Gohn, 2004). Como Harvey (2009) aponta, as organizações de bairro colocaram uma barreira política para os projetos da indústria da construção nos EUA, e assim ocorre em várias partes do mundo.

Os movimentos sociais acabam por buscar a construção da democracia direta e participativa praticada autonomamente nas comunidades ou nos locais de pertencimento ou de ação das classes. Essas organizações da sociedade civil são um verdadeiro ato de desobediência civil e resistência ao regime político hegemônico (Gohn, 2004).

As periferias, assim, são espaços que, além de pertencerem aos trabalhadores de baixa renda (mesmo que sobre forte ação do estado) pertencem, boa parte das vezes, a uma história recente. Não são espaços valorizados de memória, logo, as comunidades criam seus próprios recursos de manutenção da memória ou então, levados pela dor de uma história pautada no sofrimento, caindo na política do esquecimento (Mazzucchi, 2011), uma vez que o esquecimento pode ser parte da negociação de identidade feita pelo sujeito em relação ao seu passado (Pollak, 1989).

As práticas culturais permanecem e muitas comunidades idealizam formas de expressar sua cultura, para além das representações cotidianas, em danças, bois, escolas de samba, grupos de quadrilha, blocos de carnaval,

rituais religiosos (de diversas crenças) e tantas outras formas concretas da cultura, onde se reinventam e produzem um modo de sobrevivência, de luta e resistência.

Essas práticas são ao longo da história marginalizadas pelos governos e pelas instituições de memória, como os museus. E quando caem no modo de produção capitalista, geralmente são absorvidas pelo mercado cultural. Muitas caem no esquecimento sem mesmo serem registradas, embora algumas ainda resistam e permaneçam por diversos lugares, os quais atualmente alguns governos vêm criando políticas de valorização dessas práticas (Miguel, 2012).

Ao longo da história dos museus no Brasil, foi durante a Era Vargas ou Estado Novo que se teve maior investimento do estado em relação a políticas públicas voltadas a cultura. Através da iniciativa de Mario de Andrade (poeta modernista) foi criado o Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) o que se tornaria, mais tarde, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Silva, 2014).

O cenário de políticas culturais para museus no Brasil é bem amplo, se iniciando com Mario de Andrade, tendo, entretanto, uma longa trajetória até os dias atuais. Vale ressaltar a importância da ideologia do Patrimônio de Pedra de Cal, propagada pelo Estado hoje, que se amplia e se transforma em memória social e patrimônio imaterial.

Os museus tiveram aos olhos do Estado Novo um papel fundamental: o de exaltar a nação (Silva, 2014). Servindo como aparelho ideológico (Althusser, 1985), os museus através de alguns intelectuais como Mario de Andrade, Gustavo Barroso e Darcy Ribeiro, que em diferentes frentes trouxeram a cultura nacional como marco de preservação e de valorização para o estado, exaltando a cultura popular e a história do Brasil - como fez o movimento antropofágico dos modernistas. Portanto, segundo Silva (2014), os museus que surgem, principalmente a partir da década de 30, são instituições voltadas à exaltação do nacional. No entanto o autor apresenta também duas faces do SPAN:

A diferença entre o anteprojeto de Mario de Andrade e o projeto de Rodrigo Melo Franco de Andrade se apresenta na proposta de museus é o que tais instituições expressariam. Para Mario, os museus

deveriam expressar o valor que representassem a comunidade local, o costume regional, enquanto o projeto de Rodrigo advertia para o caráter nacional dos museus. Segundo o idealizador do decreto-lei, os museus deveriam ser destinados à classe social informada, a elite cultural, não ao povo, conforme idealizado por Mario de Andrade. (Silva, 2014)

É importante notar que a diferença não está dentro do conceito de patrimônio, mas sim em suas ideologias sobre a cultura e ação cultural (Fonseca, apud Silva, 2014). Afirmando assim o papel político dos museus, pois mesmo que internacionalmente na década de 1960 e 1970 estivesse ocorrendo movimentos de ressignificação dos espaços museológicos com as movimentações do ICOM, dentro do Brasil passávamos por um período politicamente difícil, o da ditadura militar, quando os museus passaram a ser utilizados para propaganda do estado, como foi idealizado no Estado Novo.

A ditadura militar no Brasil, segundo Scheiner (2012), foi o principal motivo para que até a década de 90 não se ouvisse falar na Carta de Santiago do Chile no país, sendo difícil repassar um modelo de museu feito para o povo e o Museu Integral.

A Política Nacional de Museus, criada em 2003, teve o Ministério da Cultura (MinC) e o IPHAN como os órgãos fomentadores, no mesmo ano em que foi instituído o Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN (Demu/IPHAN). Logo depois, em 2004, o Sistema Brasileiro de Museus⁶ e posteriormente o Estatuto de Museus⁷, em 2006, formataram pela primeira vez uma política prioritária para museus (Junior, 2010).

Em 2009 o Demu desvinculou-se do IPHAN e constituiu-se, no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma autarquia que trabalha dentro do MinC. Logo, o IBRAM tem seu passado e sua ideologia ainda enraizados na política do IPHAN, valorizando hoje o que é de relevância econômica, turística e

⁶ Criado pelo decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, e revogado pelo [decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013](#). Sua finalidade é facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus. (IBRAM, 2014).

⁷ A Lei 11.904/2009, denominada Estatuto de Museus, e tem a finalidade de preservação do patrimônio cultural musealizado e passível de musealização, o decreto coloca para o setor uma série de ações e procedimentos que devem ser seguidos e confere ao Ibram ações de fiscalização. A ação fiscalizadora terá um caráter pedagógico e orientador e conduzirá a adequação do setor às normas previstas no decreto, no sentido de garantir um padrão de gestão para que os museus possam cumprir a sua função social. (IBRAM, 2014).

ideológica para o estado. Com exceção do Ponto de Memória, as políticas de valorização do patrimônio do povo podem ou não aderirem os processos políticos vigentes, podendo servir ou não a conjuntura política do estado.

Em decorrência disso, no Fórum Nacional de Museus, ocorrido em 2012, em Petrópolis, o próprio Ibram ameaçava o fim do programa. Fato que resultou em uma carta da Executiva dos Estudantes de Museologia (ExNEMU), reivindicando a permanência do programa - assim como sua ampliação.

Neste sentido, o IBRAM lançou em 2010 o Programa Ponto de Memória, que tem como objetivo principal formar uma política pública cultural pautada na valorização das culturas historicamente excluídas do bojo dos museus, sendo a memória usada como uma categoria ampla, buscando democratizar o próprio conceito de museu.

O museu, durante muito tempo, foi tecnologia das grandes elites e metodologia de manipulação do estado. Hoje, porém, pode ser uma ferramenta revolucionária e libertadora, usando métodos estratégicos na criação de relações atualizadas e criativas entre os diferentes tempos sociais, o passado, presente e futuro (Chagas, 2007).

Esse pensamento de que o museu pode ser recriado, tendo como seu laboratório o real, os sujeitos e a memória, deu força para que o Programa Ponto de Memória surgisse. Tendo por concepção reconstituir e dar força à memória social, partindo da narrativa principal dos sujeitos sociais (memórias individuais) e locais, que de uma maneira geral pertencem a espaços temporais em sua vertente histórica da cultura das comunidades.

O programa tem como base ideológica a valorização do protagonismo comunitário e entende os museus como ferramentas de transformação social e desenvolvimento sustentável. Conseqüentemente, em seu estado integral, estarão aptos a promover melhorias nas condições de vida destas populações, fortalecendo as tradições locais e as redes de identidade, assim como estimular o turismo e economia local (IBRAM, 2014).

O Governo Federal enxerga a política dos Pontos de Memória como sendo uma metodologia fundamental no combate aos problemas sociais existentes nas periferias - como o caso da violência e pobreza, não sendo atoa que o Programa é uma parceria do IBRAM com os Programas Mais Cultura e

Cultura Viva⁸ do Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania⁹ (Pronasci) do Ministério da Justiça, com apoio da Organização dos Estados Ibero-americanos¹⁰ (OEI) (Miguel, 2012).

A princípio os pontos foram reconhecidos doze Pontos de Memória em processo de escolha do IBRAM, amparado por um grupo de consultores. Estes doze Pontos estão todos localizados em comunidades periféricas e rurais, sendo eles: Belém/PA (Comunidade de Terra Firme); Belo Horizonte/MG (Comunidade do Taquaril); Brasília/DF (Comunidade da Estrutural); Curitiba/PR (Comunidade do Sítio Cercado); Fortaleza/CE (Comunidade Grande Bom Jardim); Maceió (Comunidade do Jacintinho); Porto Alegre/RS (Comunidade da Lomba do Pinheiro); Recife/PE (Comunidade do Coque); Rio de Janeiro/RJ (Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo); São Paulo/SP (Comunidade da Brasilândia); Salvador/BA (Comunidade do Beiru) e Vitória/ES (Comunidade do São Pedro). Estes foram os pioneiros na construção do programa (IBRAM, 2014).

Posteriormente, através do edital de 2011, foram reconhecidas mais de 150 iniciativas de memória de Museologia Social, em várias regiões do país - e ainda 18 comunidades de brasileiros no exterior. Isso foi fruto da ampliação e articulação dos Pontos de Memória em redes regionais e temáticas.

Este prêmio buscou reconhecer as ações museais destinadas à fomentação da memória social, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade, sendo seu público alvo os mais diversos grupos sociais excluídos dos processos culturais. Importante destacar que a busca por mais ações é também a busca por iniciativas que visem, principalmente, identidade com a Museologia social.

⁸ 23 de julho de 2014 foi sancionada a LEI No 13.018, Lei Cultura Viva, que transforma o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva – em uma Política do Estado Brasileiro. O principal objetivo a ampliação do acesso da população brasileira aos seus direitos culturais, mediante o fortalecimento das ações de grupos culturais já atuantes na comunidade. (Minc, 2014)

⁹ Faz parte de um programa do Ministério da Justiça que em 2011 começou a atuar em várias áreas das políticas públicas como no caso da cultura. Começou a incentivar os Pontos de Memória desde seu início, mas hoje não atua mais no Programa.

¹⁰ Organismo internacional de caráter governamental para a cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional. (OEI, 2014)

As bases de construção do Programa estão firmadas nas seguintes políticas: Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional Setorial de Museus, sendo responsáveis pelo projeto a Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE) do Departamento de Processos Museais (DPMUS), pautados pelos pilares que sustentam o Plano Nacional de Museus de 2003. Esse plano entende os museus como parte de um processo e estes devem estar comprometidos com o desenvolvimento da sociedade:

Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação de mapeamento, documentação e preservação, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza com objetivo de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira. (Plano Nacional de Museus, 2003)

A formação do Ponto de Memória tem criado uma série de debates e a cada Teia¹¹ da Memória os representantes, em conjunto com o governo federal, cria-se novos métodos de participação, na busca de democratizar mais os espaços deliberativos acerca do programa.

No Fórum Nacional de Museus de 2012, baseada na carta de princípios do Encontro de Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários os conselheiros de diversos Pontos, mais o IBRAM, criou-se uma comissão preparatória para a próxima reunião no ano de 2014. Esta comissão discutiu novas formas de participação social propostas pelo governo a serem aprovada na Teia no final do ano de 2014.

Os Pontos de Memória entram, portanto, na lógica da responsabilização social dos cidadãos, das empresas e demais órgãos governamentais, criando espaços para participação nas políticas via conselhos gestores. Na IV Teia da Memória (2014), depois de diversos debates, foi institucionalizado o Conselho de Gestão Participativa/Compartilhada (COGEPACO), que irá agregar a sociedade civil e o governo na gestão do Programa.

Estando dentro dos parâmetros de formação do Programa Ponto de Memória, o plano de museus agrega a política de gestão democrática pela

¹¹É o encontro nacional dos Pontos de Memória, teve sua primeira versão em Salvador no ano de 2009, portanto é o fórum bianual de deliberações acerca do programa.

participação social dentro do Programa Nacional de Participação Social, que significa:

“o conjunto de conceitos e diretrizes relativos às instâncias e mecanismos criados para possibilitar o diálogo, a aprendizagem e o compartilhamento de decisões entre o governo federal e a sociedade civil.” (Cartilha PNPS, 2014)

A Lei Cultura Viva também faz parte do bloco de políticas que formulam o Programa dentro das diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional Setorial de Museus. A lei estabelece em seu artigo 3º o seu principal beneficiário:

Art.3º_ A Política Nacional de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural. (LEI Nº 13.018, 2014)

As políticas que regem os Pontos de Memória são parte integrante da ideologia formadora do Programa, e estão dentro das estratégias do Plano Nacional Setorial de Museus.

Em um processo mediano de avanço do Programa é pertinente que se sai das esteiras do âmbito político estatal, para que possamos analisar comovem se relacionando as vozes das comunidades e a vontade do governo. Produzindo materiais próprios de divulgação científica ou não, como a exemplo da coletânea “Práticas Comunitárias e Educativas em Memória e Museologia Social”, organizado pela Rede de Pontos de Memória e Iniciativas de Memória Social do Rio Grande do Sul (REPIM-RS) e o Comunidades – FURG (COMUF). Huges de Varine (2013) afirmam, nesta coletânea, dentro da apresentação, o sucesso do Programa Ponto de Memória, mas questiona em que medida os objetivos vem sendo alcançados.

A memória poderia se uma categoria de museu para o Programa Ponto de Memória, todavia, mesmo estando na prática o museu fica subentendido na política do Programa. Isto porque a compreensão do significado de Museu enquanto fenômeno ainda é difícil para todos, inclusive para os museólogos. Então, cria-se um programa que mesmo pautado na museologia comunitária, tem como tarefa difundir o Museu como processo -

não mais como uma instituição. Mas ainda se indaga se isso vem sendo trabalhado de fato e, ainda, se existe um consenso ou uma percepção museal pelos atores sociais do Ponto de Memória.

Uma comunidade que tem um projeto de valorização da memória não tem a necessidade de fazer o link com a museologia social, nem de entender o que isso significa, mesmo já estando integrada ao Programa. Mas a procura das comunidades em se adequar na lógica de criar um *status* junto ao governo tem crescido. Hoje 150 ações de memória de museologia social foram identificadas pelos últimos editais e muitas delas se reconhecem enquanto museu ou iniciativa museológica. O fato de estarem ligados ao Ibram, já anuncia a comunidade o problema dos museus, e coloca uma questão em debate: será que a história do bairro é digna de museu? E vai além: mas o que será museu?.

3 PONTOS DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME: UMA EXPERIÊNCIA DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL

Quando o Ibram, na construção dos Pontos de Memória, refuta o direito a memória as comunidades diversas, se abre uma paisagem rica de elementos para a compreensão do aspecto social dos museus.

O Projeto chegou em 2010 no bairro da Terra Firme e hoje tem uma forte equipe de agentes culturais moradores do bairro, encontrando-se em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi - que tem seu campus de pesquisa localizado as margens do bairro da Terra Firme.

No final de 2009 e após da I Teia da Memória, o IBRAM decidiu implementar um Programa Pontos de Memória no Norte do país. A cidade escolhida foi Belém. Como sua parceria com o PRONASCI indicava o trabalho com comunidades periféricas, foram escolhidos para análise dois dos maiores bairros periféricos de Belém: o bairro do Guamá e o bairro da Terra Firme.

Aos arredores destes bairros, que são áreas vizinhas, se instalam diversas instituições como o campus de pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Universidade Federal Rural do Pará (UFRA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.(Eletronorte) e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Quando o conselho consultivo do IBRAM veio na cidade fazer a análise e seleção, o bairro da Terra Firme tinha se organizado: chamando alguns grupos culturais organizados do bairro para apresentarem-se aos consultores em sua visita técnica. No entanto, o bairro do Guamá aparentemente não conseguiu se organizar para a visita, fator que auxiliou na escolha - destacando que os critérios de seleção do IBRAM não foram claros. O trabalho comunitário que o Museu Paraense Emílio Goeldi já estabelecia com o bairro da Terra Firme despertou a atenção anteriormente, o que fez o IBRAM organizar reuniões com esse grupo que era composto pelo MPEG e moradores do bairro.

Situada na cidade de Belém, no estado do Pará, a Terra Firme faz parte de uma das várias zonas de refúgio para trabalhadores de baixa renda, como imigrantes das diversas cidades, principalmente do próprio estado, que

se movimentam para capital em busca de trabalho. A Terra Firme é uma periferia próxima ao centro de Belém e sabe-se que sua ocupação se iniciou por volta de 1940, embora existam indícios de ação jesuítica nas margens do Tucunduba do século XVIII (Ramos, 1997), porém a formação enquanto bairro é recente.

Assim como parte significativa das periferias, o processo de ocupação da Terra Firme se iniciou em uma pequena área de terra firme, parcela de terra não alagada. No entanto, essa área era estreita e com o tempo não foi suficiente para o contingente de casas que surgiam ali. Com isso, parte dos terrenos alagados também foram ocupados gradativamente pela população, que não encontrava abrigo na parte central de Belém.

Até a década de 1960 o bairro ainda não era muito populoso, e correspondia a pouco mais de 1% da população belenense, sendo o segundo menor dos bairros periféricos, correndo o risco de desaparecer. Penteado (apud, Silva, 2011) aponta como o possível fator de desaparecimento do bairro a construção e a ampliação da cidade universitária podendo, inclusive, levar a migração de milhares de moradores do bairro da Terra Firme para outros bairros de Belém, resultado do desalojamento das casas que estavam construídas irregularmente nas áreas da UFPA, principalmente.

O desaparecimento da Terra Firme não aconteceu e a ameaça de desenvolvimento da cidade universitária não foi um fator para inibir a expansão populacional do bairro na década de 1970. A valorização das terras do centro urbano e o êxodo rural foram fatores fundamentais para o crescimento do bairro da Terra Firme, dentre outras baixadas de Belém. Em 1979 cerca de duas mil pessoas ocuparam o terreno da UFPA, que tinham sido doados por famílias a mais de 30 anos pela união (Alves, 2010).

Hoje a Terra Firme é uma das maiores periferias da região metropolitana de Belém, tendo suas limitações geográficas delimitadas principalmente pela avenida perimetral e o rio Tucunduba (Figura 1).



Figura 1 Mapa do Bairro da Terra firme. Fonte: blog de Helena Quadros

O crescimento do bairro se intensificou nas décadas de 1980 e 1990. A negligência das estruturas governamentais para a situação das ocupações urbanas irregulares é um dos elementos que comprovam o posicionamento do Estado perante a formulação das cidades, equipando de serviços os centros urbanos - enquanto o as periferias (erguidas por ocupações) padecem de infraestrutura adequada para uma vida com qualidade. Segundo Couto (2012), o planejamento da cidade de Belém negligenciou os problemas das periferias, dando prioridade a investimentos nas áreas centrais.

Harvey (2009) aponta que o desenvolvimento geográfico das cidades sempre foi desigual, porém hoje estas diferenças se intensificam à

medida que se cresce a batalha por espaços para o capital. Portanto, a segregação das camadas populares dos centros urbanos também é resultado global do projeto capitalista unido ao Estado, que não fornece estrutura suficientemente adequada à população que vive nas periferias, como no caso da Terra Firme.

Não é à toa que a principal luta travada no bairro é por assistência pública, por moradia, educação e saúde de qualidade. Na década de 1990 os movimentos sociais associativos ganharam grande destaque no campo popular, com ênfase nas organizações de bairro que lutavam principalmente por moradia.

Na Terra Firme temos o exemplo do Centro Comunitário Bom Jesus (CCBJ), que foi o primeiro movimento social organizado do bairro e que travou lutas importantes dentro do campo do direito à cidade que engloba luta por serviços públicos de qualidade, reforma urbana, direitos civis, segurança etc. (Figura 2).

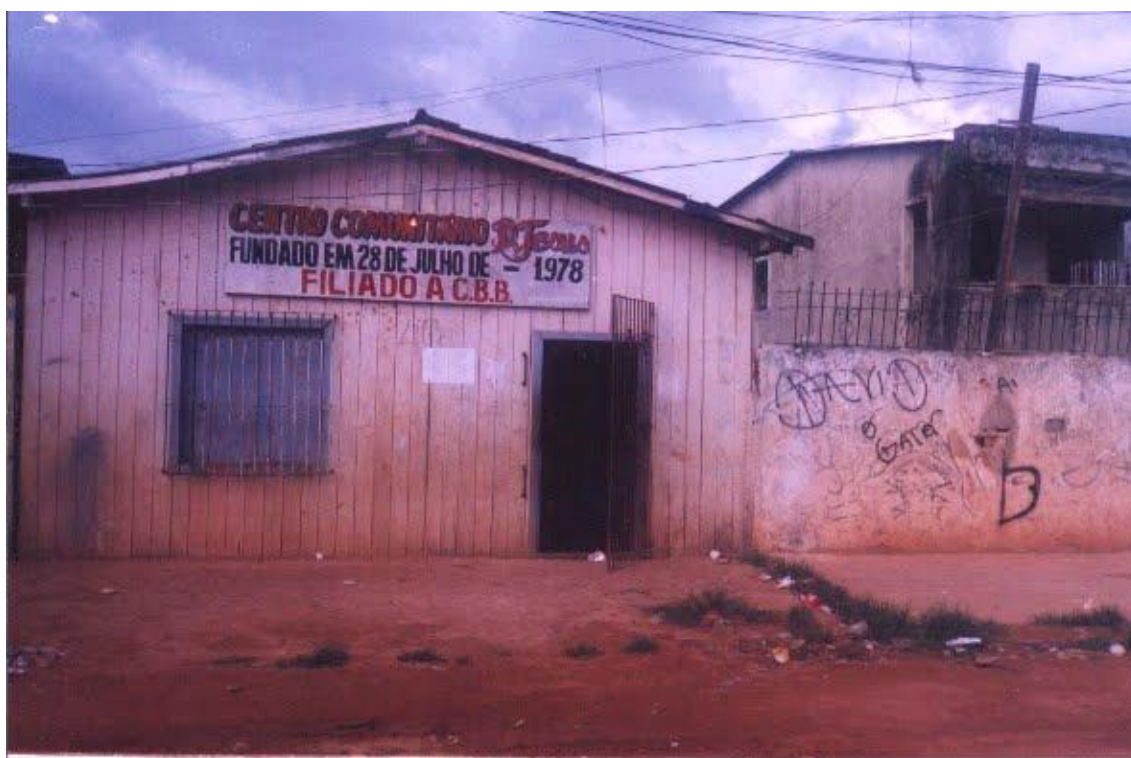


Figura 2. Frente do CCBJ na passagem Bom Jesus. Retirada de <http://pontomemoriaterrafirme.blogspot.com.br/>.

O CCBJ foi impulsionador das lutas pela titulação das Terras da UFPA para os moradores do bairro e inspiração para formação de outros

centros comunitários, que depois constituíram o Movimento de Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MOTUAT), organização fundamental na luta pela reforma urbana (Alves, 2010).

No meio dos movimentos sociais populares urbanos a luta por moradia, ainda hoje tem centralidade como a luta popular mais organizada (Gohn, 2013). Na Terra Firme não foi diferente, a luta pelo direito à cidade foi fundamental para que diversas outras atividades tivessem centro político organizativo do bairro, fortalecendo, inclusive, as ações culturais (Figura 3). Assim como a parceria com o Museu Emilio Goeldi, através do projeto Museu Goeldi Leva Educação em Ciência à Comunidade. O projeto, que foi desenvolvido desde 1985 no Museu Paraense Emílio Goeldi e idealizado pelo diretor no período Guilherme de La Pena, enxergava o meio ambiente e a ciência como indicadores de qualidade de vida, foi essencial para fortalecer o bairro.



Figura 3 Conselheiras Chiquinha e Chicona no desfile escolar do CCBJ. Retirado de <http://pontomemoriaterrafirme.blogspot.com.br/>.

Dentro da sociologia dos movimentos sociais, o Programa Ponto de Memória cumpre um papel determinado, o de buscar parceria com as

populações na construção de políticas participativas institucionalizadas pelo governo. Metodologias que muitas vezes são contraditórias, como afirma Gohn (2013). Ao passo que as demandas sociais são colocadas no lugar dos direitos constitucionais, ampliando a frente para ações cidadãs. Enquanto isso, a autonomia dos movimentos sociais vai se perdendo, pois se estabelece organismo de controle social, que funcionam dos organismos governamentais para os movimentos. Ainda que haja participação social e controle social, as normativas e o sentido da política são dadas pelo governo (Gohn, 2013).

O Programa Pontos de Memória hoje está dentro de uma lógica na qual ativistas, que antes lutavam por direitos através da ação direta, como os movimentos de periferia, hoje militem dentro de programas e projetos privados e/ou públicos que visam o desenvolvimento mais imediato para comunidade, Gohn (2013) coloca que:

“Redes civis focadas em projetos socioculturais, entidades geradoras de renda via economia solidária, parcerias público-privado em projetos socioeducativos nas escolas etc. passaram a dominar a cena do associativismo no novo século, fortalecendo o campo de uma cultura comunitária local, com ativistas focados no cumprimento de metas dos projetos sociais envolvidos, e não mais militantes de causa e organizações com vínculo político-partidário e sindicais” (Gohn, 2013, p.61)

Os Pontos de Memória da Terra Firme, nesse sentido conta com um conselho gestor composto por moradores do bairro, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e consultores externos.

Hoje sua composição ou conselho gestor é formada por uma Presidente, Francisca Rosa Silva Santos, Dona Chiquinha; pela Vice-Presidente e também moradora do bairro da Terra Firme Eliete Santana (Neci); pelos moradores do bairro da Terra Firme Maria Francisca de Araújo Santos, Jéssica Santos, Sâmia Maria Silva, João Batista Costa dos Anjos, Leonel Oliveira, Deivison Laurentino da Rocha, Maria Madalena da Gama Pantoja e José Maria Vale de Souza; e por Helena do Socorro Alves Quadros do Museu Goledi. Ao todo são 12 conselheiros que atuam em diferentes regiões da Terra Firme.

O principal discurso dos conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme é o engajamento para desconstrução do imaginário de lugar violento

imprimido ao bairro. Reflexo também de uma mídia que criminaliza a periferia e normalmente disipa uma onda de medo na população. Logo, as favelas são grandes espaços de tensão social e medo. Entretanto, para quem mora nas periferias e no caso os moradores da Terra Firme, a violência não faz parte da realidade total do bairro. Não se vive diariamente a saguinária novela dos telejornais e cadernos policiais, apesar de ser real o problema constante da violência e do tráfico. Tem-se assim que um dos maiores discursos que envolvem a justificativa sobre a importância dos Pontos de Memória da Terra Firme passam pela afirmação da diversidade cultural que tem o bairro.

O depoimento de uma jovem, exposto no blog do Ponto de Memória, deixa evidente a visão que boa parte da população tem sobre o bairro e que, após se entenderem como agentes protagonistas de uma história coletiva formadora do local, mudam de percepção:

Tenho que ser sincera sobre o que era o bairro pra mim e o que se tornou depois que participei da Gincana do Ponto de Memória. Confesso que antes eu tinha uma visão muito triste, com todas essas notícias que sempre acompanhamos pela TV e que só prejudicam mais a imagem da Terra Firme. Depois do conhecimento que obtive na gincana mudei totalmente minha forma de pensar, percebi que aqui tem muita gente que luta pra ter uma vida digna e que as pessoas, que antes me faziam sentir vergonha, são minoria. Temos gente de bem que vive aqui e que faz a história do bairro ser mais bonita. Precisamos mostrar isso para as pessoas de fora e acredito que com o Ponto de Memória e com o Jornal, conseguiremos (fonte: blog do Ponto de Memória, 2014)

Em quatro anos de Ponto de Memória da Terra Firme, mesmo com dificuldade financeira, o grupo já realizou diversas atividades, produzindo vários materiais e atividades, como Rodas de Memória nas escolas e gincana da memória. O jornal citado na referência acima, por exemplo, é o Jornal “O Tucunduba”, iniciativa dos movimentos sociais na década de 1980 e 1990, e que com os Pontos de Memória foi reeditado. Foi feito um concurso que produziu e escolheu a logo dos Pontos de Memória (Figura 4), feita por um morador do bairro tendo como símbolo a ponte sobre o Rio Tucunduba, que liga a Terra Firme ao Guamá, importante ícone para o bairro.



Figura 4 Logo do Ponto de Memória da Terra Firme. Retirado de <http://pontomemoriaterrafirme.blogspot.com.br/>.

Realizou-se também uma exposição, que contou com uma oficina prévia realizada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e o conselho gestor. A exposição “Terra Firme de Tudo um Pouco” foi inaugurada no final de 2012 e já percorreu diversas escolas do bairro, além de ter sido montada na Universidade Federal do Pará durante a III Primavera nos Museus do Curso de Museologia da UFPA em 2013.

O Ponto de Memória fez também um mapeamento das atividades e grupos culturais que atuam no bairro. Esse trabalho foi apresentado em uma exposição da IV Teia da Memória, realizada em Belém no ano de 2014.

3.1 TERRA FIRME E A CRISE ENTRE SER OU NÃO MUSEU

Não é regra do Programa Ponto de Memória do IBRAM a difusão das ideias da museologia social, mas faz parte de seu cenário ideológico. Assim como também faz parte do conjunto de ideias do programa o conceito de museu como um lugar de memória e, como definiu bem Varine em seu livro, o Museu do Mundo pode ser qualquer lugar (Varine apud Chagas, 2014).

No princípio não é fácil para comunidade entender esses conceitos, e aceitar que ela pode trabalhar, dentro de si e com as suas experiências coletivas, um museu. O fenômeno Museu como catalizador das transformações sociais- como ferramenta útil para comunidade, não faz parte do imaginário geral da sociedade. As experiências subjetivas de cada pessoa levam a um pensamento geral de que museu é um grande depósito de coisas velhas. Pensamento este que ainda é forte no conjunto da sociedade. Porém, a museologia social concretizada no programa Pontos de Memória, traz para o seio da sociedade o debate sobre Museu Integral, mesmo sendo difícil ainda compreender em que se afirma o Museu e como este pode contribuir na batalha entre classes, ou seja, como pode beneficiar a construção da autonomia dos povos.

O mundo, cheio de contradições, tem o poder como fator fundamental para estabelecer negociações Homi Bhabha (2007). Em toda comunidade o poder está circulando e em certa medida é difícil estabelecer quem e/ou quando está sendo submetido à negociação (Soares & Scheiner,). Muitas vezes, como nas comunidades periféricas, o poder é a representação da luta e da auto-afirmação do povo perante seus patrões, representados pelo estado, sociedades privadas e a polícia militar. Neste sentido, deve-se analisar até que ponto os museus comunitários estão servindo de arma neste combate. E de que lado estão servindo, para quem?

José Maria, conselheiro do Ponto de Memória da Terra Firme, coloca em seu depoimento que “o museu tem regras, estatutos que precisam ser quebrados”. Essa afirmativa do conselheiro do Ponto de Memória da Terra Firme é a concretização de que, mesmo com todo discurso e ideologia de um “Novo Museu” as estruturas legais para que as comunidades se reconheçam e limitem os sonhos, é a própria percepção social sobre o que é Museu.

Em seu discurso, o conselheiro José Maria imagina um Museu da superação dos velhos paradigmas, um novo conceito que pode ser aplicado,

desde de não se prenda as normas que estabelecem o funcionamento dos museus tradicionais.

“Para se tornar museu comunitário como a gente queria, teríamos que ceder a algumas regras, e nós não queríamos. Então preferimos continuar sendo só Ponto de Memória” (José Maria, 2014). Em varias reuniões dos Pontos de Memória se discutiu sobre ser museu ou não. Os museus e instituições de caráter museológico, hoje têm um estatuto fruto de grande articulação entre museólogos e governo para regulamentar a ação dos museus e institucionalizar medidas como, por exemplo, o Plano Museológico, a lei nº 904/2009.

No entanto, este estatuto não trabalha de forma clara e evidente com o fenômeno dos novos museus, apesar de já prever em seu artigo primeiro no parágrafo único:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. “Enquadrar-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. (Ibram, 2010)

A lei prevê um espaço concreto, que na fala dos conselheiros fica evidente o desinteresse, neste momento, de ter uma sede. O desejo é de musealizar todo bairro. Como em uma matéria feita pelo jornal Diário do Pará expressa: “Terra Firme: um bairro inteiro se torna museu”, expondo o objetivo que tem o Ponto de Memória da Terra Firme, que assume a tarefa de, em longo prazo transformar a Terra Firme em um museu comunitário, de território ou como for definido ao longo dos debates.

Em seu estatuto, ainda não finalizado, o Ponto de Memória já deixa a brecha de realizar de ações museológicas. Jose Maria em sua entrevista colocou:

Por isso preferimos continuar sendo só Ponto de memória, mas no nosso estatuto agente já coloca que vamos fazer ações museológicas (José Maria, 2014)

O Museu da Maré, museu periférico, localizado no morro da Maré no Rio de Janeiro, teve seu processo de construção baseado na formação da Rede de Memória da Maré em 1998. Essa rede foi alicerce para que, em 2006, fosse inaugurado o primeiro museu dentro de uma favela no Brasil. Essa experiência solidifica a ideia do Ponto de Memória da Terra Firme, que sente a necessidade de, primeiramente, criar laços mais profundos com a ideia de Museu Integral.

A experiência comprova também, que ao passo onde se trabalha a ideia de Memória Social ou memória comunitária, a compreensão sobre museus também é refutada. O museu tradicional ou não parece se afunilar para a grande ideia do lugar da memória, a casa onde se pode guardar, retirar, movimentar as memórias diversas que constroem a sociedade. A reflexão materialista sobre isso talvez não seja o que, como e onde se colocam as memórias, mas sim a quem pertencem estas memórias.

O programa Ponto de Memória fomenta a ampliação dos personagens que produzem reflexões sobre a memória do povo, mas ao mesmo tempo engessa as comunidades as regras estabelecidas pelo governo deixando de lado assim a contribuição principal da Museologia Comunitária/Social/Popular, a da construção de novas metodologias, praticas, modelos para Museus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual Trabalho de Conclusão de Curso faz parte do estudo que pretende aproximar a Museologia das lutas sociais, que tangem as comunidades inseridas nos projetos museológicos comunitários. O Museu, como instituição de memória, historicamente levanta bandeiras e se posiciona socialmente – juntamente com os sujeitos sociais enquanto protagonista de seu tempo, que também levantam bandeiras, mesmo que inconscientemente. Pois a sociedade é pautada na divisão de classes e no poder, como Bourdieu (1989) lembra, está inserido em todas as classes sociais e em todos os ambientes. Portanto, o Museu - mesmo que não queira tomar “partido”, acaba levantando “bandeiras” conscientes e inconscientes, mesmo que estas estejam fora dos objetivos da instituição.

Ao analisar a formação do IBRAM, nascido no cerne da ideologia do IPHAN, não se pode deixar de lado a existência de prioridades dentro das políticas de museus. Prioridades que passam pelo plano de governabilidade e, portanto, estão presas aos interesses políticos e não possuem a necessidade de incluir a participação do povo na construção da estrutura basilar dos seus programas. Renato Ortiz (2010).

Afirma-se isso, pois o governo ao passo que faz as políticas públicas, como no caso dos Pontos de Memória, aposta em um retorno factual. Um contraponto baseado em metas, diretrizes e objetivos. As metas do Programa Pontos de Memória do IBRAM são claras, e afirmam que em pleno desenvolvimento, os Pontos de Memória têm potencial de melhorar a qualidade de vida da população, fortalecer as tradições locais, os laços de pertencimento e ainda estimular o turismo e economia local (IBRAM, 2014).

O museu deve ser uma ferramenta de desenvolvimento sustentável, emancipação local e etc., mas questiona-se até que ponto o museu pode substituir as tarefas do Estado de proporcionar condições de vida adequadas à população. Será o museu a instituição que deve cumprir esta tarefa? E ainda, se houver um museu impulsionado pelo povo, museu este que representa um grito da periferia para os governos, estes museus tidos populares são os agentes que irão construir hospitais, escolas e dar saneamento e segurança à população?

Se por um lado o Programa Pontos de Memória está sendo bastião na formação de novos movimentos sociais dentro dessas comunidades, por outro representa a mais dura capa do governo, que aprisiona movimentos ao pragmatismo de suas metas e objetivos, congelando às vezes a vontade de memória e de museu dos sujeitos sociais.

Em que pese o avanço de uma política voltada à memória social e a museologia, a autonomia que tanto se busca dentro do trabalho com comunidades pode estar sofrendo riscos, sendo necessário que cada vez mais as iniciativas de memória e museologia voltadas ao povo ocupem espaços amplos da sociedade. Nesse horizonte não se pode perder de vista que o governo deve cumprir o papel de fomentador e não, como historicamente faz, o de fazedor ideológico da iniciativa.

Se a essência própria dos Museus, como diz Scheiner (2008), parte da necessidade de personificar a experiência humana para que essa não caia no esquecimento, os Pontos de Memória em si já se tornam uma experiência museológica. Valendo-se da memória coletiva como experiência própria do ato que gera raízes e identidades.

Ressalta-se ainda a aflição de alguns fazedores dos Pontos de Memória da Terra Firme, os quais colocam a impossibilidade de Museu pelas barreiras legais e por isso preferem, mesmo que provisoriamente, ser Pontos de Memórias somente - sendo pensado "Museu", como uma utopia a ser alcançada. Mas será necessário se afirmar museu para ser museu? Nesse sentido, as políticas públicas para museus regidas ao meio modo de fazer controle social não conseguem responder, pois ao passo que abrem portas para o reconhecimento de práticas de memória social, como práticas da Museologia, fecham as janelas, sufocando os grupos nas nuances das leis e planos setoriais.

A experiência dos Pontos de Memória, e fundamentalmente o Ponto de Memória da Terra Firme, como ferramentas do governo federal na formação de uma prática dentro do campo da museologia social, coloca a museologia de frente a essas contradições.

Nesse sentido podemos analisar os Pontos de Memória como Ortiz (2010) o faz com a cultura. Eles vêm agindo como movimentos sociais/populares e que ao mesmo tempo não se coincidem com as

expressões populares. Agem sim como filtros deixando passar alguns aspectos da cultura, mas descartando outros. Assim, o Programa como instância construída por humanos, expressa um discurso arquitetado na interpretação do governo sobre a reelaboração simbólica das manifestações culturais, visto que as manifestações culturais, e neste caso as da memória social, não são de imediatos projetos políticos.

Para que isso ocorra, grupos sociais mais amplos precisam se apropriar delas, reinterpretado e orientando politicamente (Ortiz, 2010). Pesando o Museu como um projeto político, onde o este é interpretado como a vida social, podemos dizer que, a Terra Firme com suas manifestações culturais e sua memória social se apóia nos Pontos de Memória como instrumento amplo do povo para reinterpretar sua história, buscando orientar museologicamente a comunidade. E não como pretende o IBRAM ser o Ponto de Memória a representação total do museu e memória da Terra Firme.

Deste ponto acredita-se que as experiências dos Pontos de Memória estão sendo fundamentais para a organização do povo perante a sua vontade de museu. Os Pontos de Memória estão funcionando como organizadores e catalisadores desta vontade.

No tempo de construção de novas experiências museológicas, os Pontos de Memória surgem como mais uma dessas categorias, que flutuam às vezes em um não-lugar de cultura, um lugar de transição, de passagem, onde os caminhos são vários, mas que são pontífices para o empoderamento dos povos e a formação de novas experiências Museológicas. Percebe-se o Ponto de Memória da Terra Firme um desses locais impulsionadores de experiências concretas com a memória e museologia social, que busca a autonomia dos grupos e a valorização da cultura do povo da Terra Firme.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Althusser, Louis. "Aparelhos ideológicos de Estado. " *Rio de Janeiro: Graal 2* (1985).

ALVES, Edivania Santos. Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994). 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em História.

BELLAIGUE, Mathilde. O desafio Museológico. V Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, 1992.

BITTENCOURT, J. N. (orgs.). Cadernos de diretrizes museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008 , p. 34-47.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Memória e Sociedade. Ed. Bertrand Brasil S.A .Rio de Janeiro: 1989.

CERÁVOLO, Suely Moraes. "Delineamentos para uma Teoria da Museologia." *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 12.1 (2004): 237-268.

CHAGAS, M. S. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades eTecnologias, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, v.13).

_____, Mário. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

_____, Mario. Reflexões sobre conceitos-chave da museologia social no contexto internacional. IV Teia da Memória, IBRAM: Belém, Brasil, 2014

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. "Do Global ao Local: A geografia do narcotráfico na periferia de Belém." *Cadernos de Segurança Pública* (2012). CURY, Marília Xavier. "Museologia, novas tendências." GRANATO, M.;

SANTOS, CP; LOUREIRO, MLNM Museu e museologia: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST (2009): 25-41.

DECAROLIS, Nelly, ed. El pensamiento museológico latinoamericano: los documentos del ICOFOM LAM: cartas y recomendaciones, 1992-2005. Editorial Brujas, 2006.

Diário do Pará – Terra Firme um Bairro Todo se Torna Museu. [Matéria da internet], acessível em <http://www.diariodopara.com.br/> ultimo acesso:

02/12/2014.

DUARTE, Alice. "Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora." Revista Museologia e Patrimônio, vol. 6, nº 2, p. 99 - 117(2014).

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. "Políticas da memória e políticas do esquecimento." Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política. ISSN 1982-6672 10 (2011): p-102.

GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos movimentos sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil / Maria da Gloria Gohn – São Paulo : Cortez, 2013 – (Questões da nossa época; v.47)

_____, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.

GREGOROVÁ, Ana. A discussão da Museologia como disciplina científica. Tradução de Vera Lucia Bottrel Tostes, pp. 45-49, [s/d].

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. "A interdisciplinaridade em Museologia." Texto de aula, sem data

HARVEY, David. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio." Espaço e debates 39 (1996): 121 - 145.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), n. 26, p. 09-18, 2011. IBERMUSEUS 2 (2007: SALVADOR, BA): Reflexões e Comunicações. /

Mensch, Peter van. "O objeto de estudo da Museologia." Pretextos Museológicos. Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro (1994).

MIGUEL, Aline Cântia Corrêa. "Como nascem as histórias: Uma conversa sobre o programa Pontos de Memória." Funarte. 2012.

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG Leva Educação à Comunidade [matéria da internet]. Pará; \

NASCIMENTO JUNIOR, José do e CHAGAS, Mário de Souza (organizadores) – 2ª edição – Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

ORTIZ, Renato. "Cultura brasileira e identidade nacional." Cultura brasileira e identidade nacional – São Paulo: Brasiliense, 1985.

POLÍTICA nacional de museus: relatório de gestão 2003/2006. Brasília: MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

Pollak, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio." *Revista Estudos Históricos* 2.3 (1989): 3-15.

POSTMAN, Neil. Ampliação do Conceito Museu. Conferência Geral de Museus, ICOM: Haia, Holanda, 1989

RAMOS, José Messiano Trindade. "As memórias do hospício dos lázaros do Tucunduba." Monografia de Graduação. Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém. Inédito (1997).

SCHEINER, Teresa Cristina. "O museu como processo." *Cadernos de diretrizes museológicas* 2 (2008): 34-47.

_____, Tereza Cristina. "Museologia e interpretação da realidade: o discurso da história (texto provocativo)." *Museology and History* (2006): 51.

_____, Tereza. O museu, a palavra, o retrato e o mito. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 57-73, dez. 2008.

_____, Tereza. Políticas e diretrizes da museologia e do patrimônio na atualidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEUS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Anais. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2006.

_____, Tereza. Apolo e Dioniso no Templo das Musas. Museu: gênese, idéia e representações nos sistemas de pensamento da sociedade ocidental. Dissertação de Mestrado. RJ: ECO/UFRJ, 1998. 156 p.

SILVA, Carlos Henrique Gomes da, and Lena Vania Ribeiro PINHEIRO. "Políticas públicas para museus no Brasil: do IPHAN ao IBRAM." Anais do ENANCIB 2013. (2014).

SILVA, Maria do Socorro Rocha. Medo na cidade: um estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém/PA. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

SOARES, Bruno C. Brulon, and Tereza Scheiner. "A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa." (2009).

Sites Visitados:

Blog da Helena Quadros

<<http://helenaquadros.blogspot.com.br/2010/06/mapa-do-bairro-da-terrafirme.html>>

(25/11/2014)

Museu Paraense Emilio Goeldi

<http://www.museu-goeldi.br/portal/content/mpeg-levaeduca%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-comunidade>

Ponto de Memória da Terra Firme

<<http://pontomemoriaterrafirme.blogspot.com.br/>> (29/ 11/2014)

Portal do Ibram

< <http://www.museus.gov.br/> >